

# Congresso Economia JORNAL DO BRASIL e voluntarismo

27 JUN 1989

César Maia

**P**arte significativa do Congresso Nacional enfrenta, a nível parlamentar, a mesma doença que diversos governos enfrentaram na América Latina: o voluntarismo econômico. Premidos pela angústia de ter que responder à miséria e às injustiças sociais, acreditaram na possibilidade de queimar etapas e resolver num par de anos o que foi cristalizado em décadas.

A mágica foi quase sempre a mesma: um forte aumento nominal dos salários, uma extraordinária expansão do gasto público financiada com moeda, um generalizado controle de preços e importações maciças de alimentos. Em todos os casos as economias cresceram aproveitando capacidade ociosa e estoques, os salários aumentaram, assim como a oferta de serviços públicos.

O tempo de duração destas políticas foi em geral de 2 anos. Em seguida, os estrangulamentos provenientes de uma economia funcionalmente organizada para crescer, excluindo grande parte da população, se fizeram sentir. Vieram a desordem fiscal, a desordem monetária e a desordem cambial. E, como não podia deixar de ser, a explosão inflacionária e a desorganização da produção.

O que foi feito para o trabalhador terminou voltando-se contra ele, econômica e politicamente. Economicamente, porque retirou de renda mais do que havia sido conseguido e obstruiu a criação de novos empregos. Politicamente, porque gerou um quadro de desestabilização, que organizou os setores autoritários e lhes deu base sócio-política.

Embora não exatamente iguais, vários são os exemplos. Peru, tanto em Alvarado como em Garcia, Chile em Allende, Bolívia em Torres, Argentina em Perón/Isabelita, Brasil do cruzado.

A desorganização terminou lançando raízes tão profundas que, em vários casos, o tempo de relançamento durou mais de 10 anos, e, em outros, já passam de 15 anos e o impasse permanece. Pior é que o remédio termina por ser extraordinariamente amargo.

A população tem a clara sensação de que é assim. Pesquisas recentes de opinião pública, no Brasil, mostram que os dois problemas que mais preocupam a população são a inflação e o desemprego, o que poderia ser traduzido por uma palavra: insegurança.

A população sabe perfeitamente que o custo social da hiperinflação é de qualquer forma maior do que o mais duro programa de estabilização. O que ela não pode aceitar é pagar por falsos programas de estabilização, que pedem à população sacrifícios que não impõem a outros setores, e apenas para ganhar tempo.

A conjuntura que atravessamos é grave. O agravamento do processo de desestabilização econômica é muito provável. A idéia de que haverá uma solução compartilhada por todos os setores políticos, desde a sua gestação, é ingênua. Todos entrarão como mocinhos, e o deslanchar das decisões utilizará um tempo insuportável. Cabe ao governo tomar a iniciativa de implementar um programa de estabilização conseqüente, tendo a convicção que a população terá a sensibilidade para discernir entre uma ação corajosa e mais um ganhar tempo.

Estamos caminhando sobre um vulcão. Numa situação destas não se pode tomar uma decisão como se estivéssemos em qualquer conjuntura. O desequilíbrio fiscal é de longe o mais grave que nossa economia já enfrentou. A desordem monetária é completa.

São estes elementos que deve ponderar o Congresso Nacional ao decidir sobre despesas. Não se trata de discutir a justiça da ampliação dos gastos sociais e salariais. São não apenas custos, mas ainda nos deixarão longe de um patamar decente.

O problema é que a aplicação de uma dosagem, modesta para outra conjuntura, nesta poderá matar o paciente. E, mais ainda, dar uma boa desculpa para o médico que deveria ter a responsabilidade de receitar e tratar.

A 15 dias das eleições na Argentina teve a ocasião de acompanhar a maturidade com que os sindicatos e o governo da província de Buenos Aires, ambos de extração justicialista, se comportaram. Os primeiros deram primazia à questão política embutida na consolidação da democracia, mesmo que com sacrifícios. O segundo, ao sinal dos primeiros saques, ofereceu alimentos de forma a paliar a situação.

Mas na Argentina já se vivia uma conjuntura hiperinflacionária, o que implicava conter os confrontos para se chegar com o mínimo de ordem ao processo eleitoral.

Aqui, se por um lado ainda não estamos dentro de um ciclone hiperinflacionário, também não estamos a 15 dias das eleições. Vale dizer: por um lado, há tempo para evitar o pior, e por outro, se vier no tempo que se imagina, estaremos longe demais para evitar as piores conseqüências.

As decisões quanto às questões salariais e previdenciárias devem levar os parlamentares a meditar, ponderando entre o justo e o possível. Acredito que, neste momento, os acordos de liderança terminam por estimular a omissão.

O Congresso adquiriu com a nova Constituição o poder de criar despesas, mas não de se furtar a oferecer receitas orgânicas ou a compensar, reduzindo outras despesas. O próprio capítulo do Orçamento impôs restrições muito claras. É de se questionar se este princípio não é generalizável para a expansão de quaisquer gastos, dado que terão repercussão orçamentária.

César Maia, economista, é deputado federal (PDT-RJ)